

Desafios na construção de ferramentas de avaliação do Impacto

Social

Challenges in the development of evaluation tools of social impact

Carolina Resende¹
Frederico Dornellas²

Resumo

A conhecida lei de cotas nº 8.213, promulgada em 1991, tem a função de garantir o direito da pessoa com deficiência (PCD) ao acesso no mercado de trabalho. Entretanto, devido a preconceito ou negligência, essa inclusão é deficitária, ficando a cargo de projetos do terceiro setor equilibrar as diferenças sociais na dinâmica coletiva, sendo necessário instrumentos que mensurem e validem com qualidade o tipo de impacto alcançado. No entanto, a avaliação de impacto social ainda é um grande desafio, uma vez que é preciso identificar se houve também outros impactos não previstos, produzidos durante o caminho, dada a complexidade das variáveis de uma intervenção social. Nesse contexto, o presente artigo busca elucidar os desafios de se construir um portfólio seguro de ferramentas de avaliação do impacto social, a partir do estudo de caso do programa “Rede Incluir”, da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Utilizando os preceitos de Impacto Social, das Nações Unidas, e as diretrizes da Organização Mundial de Saúde no que diz respeito a PCD, elegemos como indicadores mais relevantes os Índices de Qualidade de Vida, Funcionalidade e Empregabilidade. Parte-se da hipótese de que, uma vez aplicados tais instrumentos, seja possível monitorar o desenvolvimento das pessoas com deficiência atendidas pelo Programa e identificar dificuldades e potencialidades individuais ou coletivas, a fim de possibilitar um atendimento personalizado, inclusivo e integrado às estratégias gerais elaboradas pela “Rede Incluir”.

Palavras-chave: Impacto Social. Pessoa com Deficiência. Gestão de Projetos.

Abstract

The known quota law nº 8.213 promulgated in 1991 has the function of guaranteeing the right of the disabled person (PCD) to access to the job market. However, due to prejudice or neglect, this inclusion is deficient, and third sector projects are responsible for balancing social differences in collective dynamics and need instruments that measure and validate with quality the type of impact achieved. However, the social impact assessment is still a great challenge, since it is necessary to identify if there were also other impacts not foreseen produced along the way, given the complexity of the variables of a social intervention. In this context, the present article seeks to elucidate the challenges of constructing a secure portfolio of social impact assessment tools, based on the case study of the “Rede Incluir” program, of the Pro-Rector of Extension (PROEX) of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC-MG). Using the United Nations Social Impact Precepts and the World Health Organization guidelines for PCD, we chose as the most relevant indicators the Quality of Life, Functionality and Employability Indices. It is assumed that, once these instruments have been applied, it will be possible to monitor the development of the disabled people covered by the program and identify individual and collective difficulties and potentialities, in order to allow personalized, inclusive and integrated assistance to the general strategies developed by the Include Network.

Keywords: Social Impact. Person with Disabilities. Project Management

Artigo recebido em 26 de Outubro de 2017 e aprovado em 23 de Maio de 2018.

¹ Doutora em Psicologia pela PUC Minas. Coordenadora do Programa Rede Incluir da Pró Reitoria de Extensão da PUC Minas. Email: carolinaresende.psi@gmail.com

² Graduando em Psicologia pela PUC Minas. Gestor de Projetos. Fundador do Coletivo Egrégora. E-mail: fredericodmq@gmail.com

Introdução

O presente artigo parte do exercício de problematização a respeito das formas de mensurar uma alteração individual/social em projetos sociais, mais conhecido como o conceito de Impacto Social. A investigação é pautada por um estudo de caso no programa de extensão universitária “Rede Incluir” da PUC Minas.

A extensão universitária é um dos diferenciais da PUC Minas que, enquanto atividade fim do ensino superior, visa à formação do aluno da graduação concomitante à transformação da sociedade, por meio da produção de conhecimento e do atendimento de qualidade, sempre atento às demandas da comunidade no que se refere ao acesso e legitimação dos direitos humanos e sociais do cidadão.

Atualmente as ações realizadas por alunos, professores e funcionários seguem o norteamento da Política de Extensão Universitária (PUC MINAS, 2016). Para cumprir os direcionamentos propostos por esta política e buscar uma maior articulação entre os projetos de extensão e a sociedade, a Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) se organiza por meio de uma ampla rede para desenvolver seus objetivos, como descrito no site da instituição. O Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão (NDHI/PROEX/PUC Minas) integra a Rede PROEX, sendo palco da idealização, implantação e gestão da “Rede Incluir”, um programa de extensão universitária voltado para a capacitação de pessoas com deficiência (PCDs), cujo principal objetivo é a inserção deste público no mercado de trabalho. Desde os anos 2000 são oferecidos cursos gratuitos nas seguintes temáticas: informática básica; artesanato com recicláveis e produtos naturais; inclusão digital; auxiliar administrativo com ênfase em atendimento ao público e rotinas informatizadas; massagem terapêutica; informática básica/NVDA (para deficientes visuais).

O objetivo do programa é a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho por meio da capacitação profissional. Entende-se que, apesar da lei de cotas nº 8.213 assegurar uma porcentagem progressiva de vagas de emprego à PCD em empresas que tenham um quadro de funcionários a partir de 200 contratados, essa lei não é constante e amplamente respeitada em território nacional. O descumprimento dessa lei é passível de multa. Entretanto, devido a fatores como preconceito ou negligência para alteração estrutural/relacional da organização do trabalho, alguns gestores optam, inclusive, por pagar a referida multa em vez de cumprir a legislação.

De forma a minimizar as diferenças de acessibilidade ao emprego enfrentada pelas PCD's, é que a “Rede Incluir” oferece a capacitação profissional gratuita. As turmas são formadas semestralmente, abertas a pessoas com uma ou mais deficiências, física ou

mental/intelectual. São realizadas entrevistas e testes de aptidão, quando necessário, para que a pessoa viva o seu processo da forma mais adaptada e inclusiva possível.

Nesse contexto destaca-se a complexidade de se mensurar os impactos sociais dessas atividades como um todo. Ao longo de aproximadamente 20 anos de iniciativas de inclusão por parte da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, os resultados vão além da mera certificação profissional. O trabalho em rede realizado em cogestão com os atores sociais e de forma indissociável com a pesquisa e o ensino colabora para que a PUC Minas seja referência em capacitação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

Em 2016 foi empreendido um projeto de iniciação científica visando avaliar os impactos sociais da “Rede Incluir”. A produção alcançada até agora permitiu identificar três indicadores chave para a inclusão da PCD no mercado de trabalho, sendo eles: Qualidade de Vida, Funcionalidade, Empregabilidade. Para que fosse possível avaliar e monitorar com precisão esses impactos, lançou-se mão de ferramentas quantitativas e qualitativas já validadas.

O trabalho de construção de parâmetros para a validação do impacto social de um Programa como esse tem sido um desafio, já que a vivência das pessoas com deficiência é atravessada por uma cadeia de relações complexas e interdisciplinares (MORIN, 2001). Cada ferramenta foi escolhida de forma que servisse para diagnóstico de perfil integral do público atendido, auxiliando no reconhecimento das dificuldades e potencialidades de cada um. Esse diagnóstico é o passo inicial para a construção de um plano individual de desenvolvimento dos alunos, uma vez que seja possível identificar as carências técnicas ou subjetivas desses, de acordo com os indicadores de: Qualidade de Vida, Empregabilidade e Funcionalidade. A perspectiva é de que essa avaliação seja processual e faça parte da missão do Programa “Rede Incluir” e de sua visão estratégica.

1 Impacto Social

Freire (1974) afirma que nos transformamos ao transformar e somos feitos pela história, ao fazê-la. Esse pensamento dialético caracteriza a condição humana enquanto ser social que produz alterações materiais e subjetivas, interdependentes entre sujeito e ambiente. Esse movimento dialético atua na construção histórica do ser humano e sua civilização.

Com o desenvolvimento do raciocínio lógico e a descoberta do método científico, nossa espécie empoderou-se de ferramentas sistematizadoras da realidade subjetiva e concreta, permitindo incomodar-se com algo e pensar soluções. Essa noção Noética de saída subjetiva do meio inserido (Ethos) para um retorno construtivo elucidada por Hamilton (1791-

1856) é o que permite a quebra, evolução ou substituição de paradigmas como bem aprofundadas por Kuhn (2000).

Concomitante, Humboldt (1769-1859) elabora com primazia uma consciência ecológica, estabelecendo o mundo como uma rede complexa e conectada, em relações de causa e efeito, onde um desmatamento na floresta “A” poderia gerar uma seca no rio “B”. Essas alterações ambientais são facilmente observadas pela espécie humana; dependente de um sistema abundante para a manutenção da própria vida.

Entretanto, a justificativa da sobrevivência tem como saldo o esgotamento do que antes gerava vida, convidando o ser a uma ética da vulnerabilidade, na qual “o valor de cada ser (humano ou não) é medido pelo seu papel no equilíbrio da natureza, visando à preservação de sua estabilidade” (PELLUCHON apud RESENDE, 2015, p. 77). Essa dinâmica serve de base para que, historicamente, as primeiras avaliações de impacto tenham surgido com enfoque ambiental.

A partir da Lei de Política Ambiental Nacional americana, de 1969 (National Environmental Policy Act, NEPA). Uma vez que a degradação de recursos naturais estava também relacionada à queda no nível de bem estar da população (OLIVEIRA; BURSZTYN, 2001), passa-se a considerar também o impacto social.

Para se chegar a uma boa avaliação de impacto social é preciso entender os pressupostos de uma avaliação, que segundo as Nações Unidas (2013, p. 6) são “Efeitos a longo prazo de uma intervenção de desenvolvimento, diretos ou indiretos, positivos ou negativos, primários ou secundários, intencionais ou não intencionais” em um contexto de pessoas. Portanto, organiza-se temporalmente o acompanhamento da qualidade em **Avaliação e Monitoramento**.

Avaliações são análises posteriores a uma suposta alteração no campo em questão. É conhecida também como **Etapa Somativa**. Nessa perspectiva, verifica-se a qualidade dos possíveis impactos com o auxílio de indicadores pré-estabelecidos.

A **Etapa Formativa** insere-se na perspectiva da produção de impacto intencional. Para tanto, recomenda-se o uso do **Marco Lógico** (USAID, 1988) para determinar o planejamento da ação, entre causa, objetivo e metas para que haja maior assertividade. Nessa perspectiva é possível também **monitorar** as atividades em curto/médio prazo, fazendo alterações quando necessário.

1.1 Exposição da pesquisa ou do projeto apresentado

Por meio de pesquisa de levantamento, de caráter exploratório, abordagem qualitativa/quantitativa, foi possível organizar um conjunto de ferramentas para realizar um

estudo de caso para a avaliação geral do impacto social do programa de extensão universitária “Rede Incluir” da PUC Minas.

A ONU, em seu documento de orientação, reconhece que “as tentativas de estabelecer uma definição universalmente acordada de avaliação de impacto não foram produtivas”. (ONU, 2013, tradução nossa)³. Por outro lado, o Marco Lógico, de 1988, surge como base sólida para uma primeira localização de planejamento, monitoramento e avaliação das ações institucionais. Segundo Zonti (2017), o Marco Lógico seria o primeiro passo para que fosse possível sistematizar o que se almeja atingir com o programa e quais os caminhos a serem percorridos.

Para atingir o objetivo da capacitação técnica para a inclusão no mercado de trabalho, e levando em consideração os complexos fatores entrecruzados que envolvem esse processo, os indicadores escolhidos para a avaliação do referido programa foram: Qualidade de vida, Funcionalidade, Empregabilidade. Para avaliação desses indicadores foram priorizadas escalas já validadas em pesquisas anteriores e com publicação reconhecida. Se tratando da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, recomenda-se o uso integrado desses três indicadores, uma vez que são características interdependentes garantidoras de inclusão assertiva.

A qualidade de vida é fator fundamental para o bom aproveitamento do processo de ensino e aprendizagem de qualquer indivíduo, principalmente para aqueles dotados de incapacidades. Explorar o estado subjetivo em que o sujeito se encontra, possibilita maior dedicação ao seu projeto de vida e capacitação. Requer, portanto, uma visão sistêmica, uma vez que variáveis sociais e individuais podem influenciar de forma positiva ou negativa no bem estar do indivíduo e em seu aproveitamento técnico/profissional.

Para sua mensuração utilizamos do questionário de qualidade de vida validado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para pessoas com incapacidade física e intelectual. O conjunto é composto de 3 questionários conforme quadro a seguir:

³ Original em inglês: “Attempts to establish one universally agreed definition of impact evaluation have not been productive.”

Questionário	Objetivo	Versões
Qualidade de vida	Como o sujeito entende-se frente a variáveis sociais e individuais	1 - Pessoas com incapacidade física, 2 - Pessoas com incapacidade intelectual 3 - Por representantes*.
Qualidade de cuidado	Como o sujeito avalia os serviços de atenção ao qual participa. Seja de saúde ou serviço público	1 - Pessoas com incapacidade física, 2 - Pessoas com incapacidade intelectual 3 - Por representantes*.
Atitude frente incapacidade	Como o sujeito entende-se com relação à própria incapacidade	1 - Pessoas com incapacidade física, 2 - Pessoas com incapacidade intelectual 3 - Por representantes*.

* A versão por representante é aplicada caso a pessoa com incapacidade não tenha plena capacidade de responder as perguntas.

O índice de Funcionalidade foi construído e validado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade em 2013, especialmente para cidadãos brasileiros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade. A utilização desse questionário permite avaliar o quanto um indivíduo, em seus domínios, é autônomo com relação a barreiras ambientais. Cada domínio tem um número de atividades relacionadas, conforme tabela abaixo:

Domínio	Número de Atividades
1. Sensorial	2
2. Comunicação	5
3. Mobilidade	8
4. Cuidados Pessoais	8
5. Vida Doméstica	5
6. Educação, Trabalho e Vida Econômica	5
7. Socialização e Vida Comunitária	8

Cada uma dessas atividades é relacionada com as barreiras ambientais:

P e T - Produtos e Tecnologia

Anb - Ambiente

A e R - Apoio e Relacionamento

At - Atitudes

S S e P - Serviços, Sistemas e Políticas

Para cada atividade, o respondente avalia o quanto ou como ele é dependente frente a cada barreira ambiental baseado nos critérios abaixo:

25 - Totalmente dependente

50 - Precisa da ajuda de terceiros

75 - Precisa da ajuda de objetos

100 - Totalmente independente

A pontuação de cada atividade é o resultado da soma de cada barreira ambiental, dividido pelo número de barreiras. $P = PeT + AnB + A e R + At + S S e P/5$. Tem-se, portanto o índice de funcionalidade daquela pessoa em determinado domínio da vida. Ao final, as pontuações de cada domínio serão somadas e divididas por sete (quantidade de domínios) a fim de obter o índice de funcionalidade geral de cada pessoa.

Exemplo:

IF-Br: Atividades e Participações	Pontuação	Barreira Ambiental*	Anb	A e R	At	S S e P
		P e T				
1. Domínio Sensorial						
1.1 Observar	60	25	75	100	50	50
1.2 Ouvir	80	50	75	100	75	100

Entende-se, portanto, que a deficiência física ou intelectual não é o único determinante para a participação do indivíduo na sociedade. Barreiras ambientais podem ser mais danosas e incapacitantes para a pessoa do que a sua própria condição.

É importante destacar que a escala de Empregabilidade não é adaptada exclusivamente para pessoas com deficiência. Elaborada por Freitas; Campos (2008), foi validada com universitários em seus últimos anos de graduação. É dividida em 4 escalas: Eficácia de Busca, Otimismo, Dificuldade de busca e Responsabilidade e Decisão. Foi construída por meio de uma releitura de várias escalas de empregabilidade internacionais. Compreende-se, portanto, que não basta apenas a capacitação técnica de tarefas e a condição plena de executá-las; é preciso que a pessoa saiba como identificar possibilidades de emprego e também como defendê-la, uma vez conquistada.

Para monitoramento de curto prazo, almeja-se aplicar cada questionário no início e no final do curso para os alunos que completarem esse ciclo, de forma que seja possível estabelecer comparativos de entrada e saída. Para médio prazo, e já elaborado esse índices de saída da PCD, é possível pensar junto desta, da equipe do Programa e com familiares ou responsáveis, quais foram as maiores dificuldades e potencialidades da pessoa e quais seriam as possibilidades a partir de então (Acompanhamento médico, desenvolvimento de habilidades outras etc.). Ao final, é relevante para a “Rede Incluir” também acompanhar com o público egresso quais são suas impressões sobre a relevância do período que passaram nos cursos de capacitação em comparação com as demandas atuais do mercado de trabalho.

Além da perspectiva da pessoa com deficiência, é importante para o programa “Rede Incluir”, compreender o ponto de vista do empregador, de forma a saber o que as empresas consideram como determinante para a contratação da PCD e sua permanência na vaga de

emprego. Também, é mister identificar se as empresas estão integradas com a realidade de vida do público em questão ou formatando-os em uma condição insustentável. Existe ainda um Índice de Maturidade em Gestão, elaborado pelo Instituto Ester Assumpção, que pode ser usado para avaliações dessa qualidade.

Por fim, as ações do programa precisam estar alinhadas às diretrizes da Extensão Universitária, demarcando o compromisso da “Rede Incluir” com seu amparo institucional e político. Considera-se a transformação social, formação humanística do aluno da graduação, produção de conhecimento científico, articulação de conhecimento inter/multi/transdisciplinar como fatores estruturais de sucesso.

Mensurar os produtos de cada índice desses traz a possibilidade de fazer diversos cruzamentos de dados, em micro ou macro escala, de forma que se interprete os impactos diretos e indiretos do Programa com a abrangência que o tema exige; tornando possível identificar realidades não percebidas e elaborar novos planos de ação.

Aplicadas então essas ferramentas, torna-se possível estruturar o Tripé de Sustentabilidade Social, Ambiental e Financeiro do referido programa, alcançando os resultados que garantam o sucesso de maneira abrangente. Dessa forma, garante-se que o público está satisfeito e interessado no projeto, preservando as estruturas física e institucional apoiadoras do programa e mantendo as ações com baixo custo e alto impacto, respectivamente.

Os resultados desses questionários estão sendo armazenados em uma base de dados própria do programa “Rede Incluir” para serem posteriormente cruzados. A perspectiva é de que, após 2 anos de aplicação recorrente desses questionários aos participantes do programa, seja produzido um índice integrado de Empregabilidade, Funcionalidade e Qualidade de Vida, para a pessoa com deficiência. Este é o primeiro passo para a construção e amadurecimento das ferramentas de avaliação.

Considerações Finais

Um dos maiores desafios encontrados para a construção da avaliação de impacto social se refere a uma definição aprofundada do termo, uma vez que o conceito de Impacto Social ainda não é um conceito consolidado por uma teoria específica. Outro desafio se refere à escolha das ferramentas de avaliação, de forma que cobrisse a complexidade transdisciplinar do programa “Rede Incluir”. Debateu-se sobre os objetivos do projeto e quais seriam as alterações outras alcançadas durante cada ação. A partir disso foi realizada uma revisão de literatura em busca de instrumentos qualitativos e quantitativos que demonstrassem com precisão como e quanto as pessoas são atingidas pelas ações. Destaca-se aqui a complexidade

de quantificar com qualidade as alterações subjetivas de cada pessoa em seu universo singular.

Avaliações de Impacto Social são incipientes na literatura científica brasileira, tornando-se fundamental o aumento de produções desse tipo e seu compartilhamento. O advento do Marco Regulatório do terceiro setor pela lei 13.019/2014 visa maior rigor no controle de parcerias públicas com organizações da sociedade civil, com constante formação e avaliação das ações. De certa forma coercitiva, alguns gestores de programas tornam-se mais interessados por um planejamento e controle das ações.

Uma vez que ainda existe uma cultura de produzir relatórios que não serão explorados (Arquivo morto) ou com mera finalidade de prestar contas aos patrocinadores (ZONTI, 2017), produzir dados já não é mais o desafio a ser encarado, mas sim o que fazer com essa informação e como ela pode servir para melhorar as ações do programa. Projetos sociais alcançam resultados por vezes melhores do que os esperados. Por outro lado, é preciso reconhecer quando algo está errado, possibilitando uma reinvenção dos objetivos e indicadores do projeto.

Com esse artigo foi possível identificar que é sim possível criar índices que traduzam com qualidade as produções de um projeto, seja de curto ou longo prazo, de forma que se possa fazer análises gerais do público, ao mesmo tempo em que explora-se potencialidades de cada pessoa atendida.

Demarca-se, aqui, o início de um novo percurso de planejamento e execução de atividades do programa “Rede Incluir”, criando bases sólidas que possibilitem uma constante atualização e melhora das ações executadas pela equipe, bem como maior transparência e abertura para os parceiros desse complexo trabalho em rede.

A incipiência da temática de avaliação de impacto social, paralela à efervescência de projetos e negócios sociais, abre oportunidade para que cada uma dessas ações produzam relatórios de seus caminhos percorridos, de forma a facilitar a troca de experiências, enriquecendo iniciativas de sucesso, tornando-a mais populares e passíveis de aprimoramento.

REFERÊNCIAS

- BEHREN, Marilda; OLIARI, Anadir. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional a complexidade. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 53-66, Set./Dez. 2007.
- BIRMAN, Joel. Os paradigmas em Psicanálise são comparáveis? Sobre o mal-estar, a biopolítica e os jogos de verdade. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 45.1, p. 147-178, 2013.
- BIRMAN, Joel. **Estilo e modernidade em Psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FELINTO, Erick. A tecnoreligião e o sujeito pneumático no imaginário da cibercultura. **Revista ALCEU**, v.6, n.12, p. 115-125, Jan./Jun. 2006.
- GOMES, William Castro, Thiago. Clínica Fenomenológica: do método de pesquisa para a prática psicoterapêutica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 81-93, 2010.
- OLIVEIRA, Luana Alves de. **A morte enquanto totalidade do ser: a busca e o encontro com o sem sentido da vida**. 2014. 63f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5501/1/PDF%20-%20Luana%20Alves%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- RESENDE, Carolina Costa. **O trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar: sofrimento e vulnerabilidade**. 2014. 214 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- UNITED NATIONS EVALUATION GROUP. **Impact Evaluation in UN Agency Evaluation Systems: Guidance on Selection, Planning and Management**. [S. l.]: UNEG, August, 2013.
- VELLANI, Cassio; RIBEIRO, Maisa. Sustentabilidade e Contabilidade. **UFSC**, Florianópolis, ano 06, v.1, n.11, p.187-206, Jan./Jun., 2009.
- VIEIRA, José. Fernández, Ramón. A estrutura das revoluções científicas na economia e a Revolução Keynesiana. **Estud. Econ**, São Paulo, v. 36, n.2, Apr./June. 2006.